



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

FACES DA MODERNIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS FRONTEIRAS CAPITALISTAS DO
AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ANÁLISE DOS AJUSTAMENTOS TERRITORIAIS
DA SOJA NO MAPITO E NORDESTE MATO-GROSSENSE

Marcio Bahia Labruna (FFLCH/ USP) - marciobahia@hotmail.com
Doutorando Geografia Humana - USP

Valnei Pereira (FAU/ USP) - valneipereira@uol.com.br
Doutor Arquitetura e Urbanismo - USP

Faces da Modernização Socioespacial das Fronteiras Capitalistas do Agronegócio na Amazônia Brasileira: análise dos ajustamentos territoriais da Soja no MAPITO e Nordeste Mato-Grossense

Resumo

O avanço da fronteira agrícola, sobretudo a partir da década de 1990, levou à reestruturação dos territórios ao longo de largos espaços transicionais situados nos arcos de avanço sobre o cerrado, a Amazônia e a Caatinga, configurando processos de desmatamento, consolidação de povoadamentos, conflitos territoriais e culturais, reorganização da sociedade civil e reposicionamentos políticos nacionais e internacionais, principalmente acerca da conservação e exploração da Amazônia (Becker, 2005). Este processo transformou os territórios em um complexo mosaico socioambiental caracterizado pela heterogeneidade de paisagens, ecossistemas, culturas, arenas políticas, assentamentos humanos, usos e apropriações dos recursos culturais e naturais por grandes corporações. Nestes ajustamentos soma-se o expressivo processo de modernização das atividades agrícolas subsidiadas por instituições nacionais e internacionais em interação direta com Unidades de Conservação (UC's), Terras Indígenas (TI's), propriedades rurais sob uso de posseiros e terras passíveis de titulação por ocupação de comunidades e povos tradicionais. Neste espaço marcado historicamente pelo avanço das fronteiras agrícolas brasileiras, convergiram fluxos de migração que levaram a uma expressiva miscigenação sociocultural que redefinem as relações de espaço-tempo nestas margens dinâmicas do território. A análise considera a complexidade espacial da fronteira da soja na Amazônia brasileira em espaços recém abertos no Maranhão, Piauí e Tocantins (MAPITO) e Nordeste Matogrossense, consolidados pelo posicionamento de diferentes *players* produtivos que ao imporem novas racionalidades e ajustamentos sobre o território herdado produzem faces distintas da modernização capitalista.

Fronteiras agrícolas e a construção do espaço produtivo no Brasil: *fronteira* como mítica da ocupação do território

A modernização agrícola na fronteira amazônica brasileira a partir da situação socioeconômica em que ela se dá deve ser analisada por diferentes perspectivas e conjunturas. Primeiramente analisamos a concepção de “fronteira” na perspectiva do processo de expansão do capitalismo, para examinarmos, então, os processos de modernização agrícola em áreas de expansão da soja na fronteira amazônica do chamado MAPITO (Maranhão, Piauí e Tocantins) e no nordeste do Mato Grosso¹. Esta região vem sendo alvo da dinâmica de apropriação socioterritorial de grandes corporações do agronegócio, que monopolizam o mercado financeiro do complexo agroindustrial brasileiro sob a ótica de produção de valor a partir da expansão da terra em áreas ainda não modernizadas.

Esta pesquisa foi evidenciada a partir de entrevistas semi-estruturadas, contatos e encontros com lideranças locais/regionais do agronegócio, instituições públicas e privadas, prefeituras municipais, organizações do terceiro setor e produtores de soja dos municípios de Imperatriz e Balsas, no Maranhão; Alto Parnaíba, no Maranhão e Piauí; Pedro Afonso, Presidente Kennedy, Guaraí e Palmas, no Tocantins; e Querência e Canarana, no Mato Grosso, além de reconhecimento *in loco* da expansão da soja em trabalhos de campo, por terra e avião. Te antemão, destacamos que as análises aqui apresentadas não são conclusivas e nem buscam encerrar as análises sobre as complexidades que estes espaços vêm passando. Pretendemos ampliar o debate já existente no âmbito da modernização das fronteiras agrícolas na região amazônica dentro do processo de reprodução do capital em espaços até então marginalizados, ou nas concepções das fronteiras, espaços que, até pouco tempo, viviam sobre outras lógicas sociais e produtivas, espaços recém integrados, margens das margens, hoje fronteiras em integração, dinâmicos e dinamizados.

Em termos socioculturais a abordagem buscou relacionar aos produtores, contexto social recente nestes espaços e formado pela mobilidade de sulistas e gaúchos, também as populações iniciais de migração, os chamados “beradeiros” ou ribeirinhos (migrantes oriundos, sobretudo do Norte e Nordeste desde o final do século XIX e início do XX fugindo da secas e estiagens) até os colonos atraídos quando da consolidação de grandes projetos como a construção da nova capital, Brasília/ DF, e outras infraestruturas, como a Rodovia Belém-Brasília, e novas infraestruturas regionais como portos, aeroportos e hidrelétricas até a emblemática criação do Estado do Tocantins. Essa população ainda convive com as comunidades indígenas, estrato originário e formado pelos índios brasileiros, que ocupam as reservas indígenas insitucionalizadas na área, os Xerentes, no Tocantins e a nação Xingu, no Mato Grosso.

Portanto, a área de influência definida para este trabalho, considerou os biomas do cerrado e amazônico, além de franjas de transição da caatinga no Piauí em nível mais geral e a escala dos municípios visitados (Alto Parnaíba (MA/PI), Guaraí, Presidente Kennedy, Pedro Afonso e Tupirama (TO) e Querência e Canarana (MT) a partir de instituições e propriedades rurais selecionadas e os territórios indígenas Xerente (TO) e Xingu (MT/PA).

A noção de fronteira adotada na presente análise está ligada ao signo de valores e modos de produção distintos no território e à margem dos processos de acumulação de capital. Para Turner (1896), a constituição da fronteira implicava na urbanização de áreas selvagens, na civilização e no desenvolvimento de novas zonas e forças produtivas a partir de práticas voltadas para a vocação empresarial das frentes pioneiras. Ainda segundo Turner (1896), a conquista desses territórios se desenvolvia em espaços-tempos distintos, constituindo “diferentes” formas de fronteira, como a do agricultor; a urbana, a ecológica, a do pecuarista, dentre outras concepções. A expansão do capitalismo em novas áreas a partir da ação empresarial de vocação empreendedora na formação de frentes pioneiras estaria, portanto, resultando das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. As contradições pressupostas no processo de produção do capital refletem, assim, nas formas de expropriação social postas no fetiche do trabalho assalariado, onde a força de trabalho do trabalhador rural passa a ser vendida como mercadoria.

A abertura e fechamento das fronteiras nos leva às contradições socioespaciais postas pela expansão do capitalismo sobre comunidades tradicionais, sustentada pelo controle social das terras e da territorialização produtiva e cultural sob o processo de reprodução capitalista, transformando a fronteira em um fenômeno espacial, cultural, histórico, ideológico e de expansão econômica (SILVA, 2006).

Nesse contexto a ocupação das fronteiras através da difusão de novas técnicas não se dá sem conflitos e tensões. Segundo Martins (1975), por mais positiva que possa ser a modernização, ela sempre revela tensões, que fazem com que os desequilíbrios internos do capitalismo não possam ser resolvidos pela difusão dessas inovações. A fronteira adquire, assim, o sentido de conflito, instabilidade, conquista e resistência (SILVA, 2006), que constituem barreiras produtoras de tensões sociais em relação aos processos de modernização. Ainda segundo Martins (1975), essas barreiras vão se constituir pelas categorias de produtores rurais não tipicamente capitalistas, que são os colonos, agregados, posseiros, indígenas, quilombolas. Podemos adicionar ainda a atuação dos movimentos sociais organizados que surgem no intuito de neutralizar e confrontar as representações dominantes reproduzidas pelo capital nas áreas de fronteira. Entre esses movimentos, destaca-se o Movimento dos Sem Terra, Os Povos da Floresta, Associação de Tribos

Indígenas como a existente na Terra Indígena do Xingu (ATIX), que é financiada por Instituições Internacionais, além do Greenpeace e WWF, mais voltados para as questões ambientais, mas que perpassa também as condições sociais existentes.

Em relação à confrontação cultural na fronteira, existe o embate de grupos sociais distintos e constituídos sobre diferentes territorialidades, que se dá pela inserção de uma identidade modernizante projetada sobre outras identidades discordantes. Tais aspectos nos leva à chamada construção simbólica da fronteira, discutida em Turner (1896) no avanço da expansão ao Oeste americano como objeto de revelação e constituição da identidade/essência americana. Essa construção simbólica na fronteira capitalista seria uma justificativa contra as territorialidades dos índios, negros, posseiros e ribeirinhos, sob a premissa de uma expropriação social em prol da expansão do capital. Dessa maneira, a justificativa de integração e unificação dos elementos sociais diversos com o avanço da fronteira capitalista para o Oeste americano, assinalado em Turner (1896), demonstra a forma simbólica em que a fronteira se projeta e se afirma. Turner, portanto, reconhece a existência dos nativos, mas os inclui como “selvagens” fora da civilização. Nesse sentido, a imagem do “selvagem” dá lugar à imagem da fronteira. O imaginário coletivo em torno do desenvolvimento socioeconômico em zonas de fronteira da soja na Amazônia brasileira, nosso estudo de caso nesse trabalho, representa, de certa forma, esse poder simbólico da fronteira capitalista, obviamente considerando outras condições herdadas e background do território.

A fronteira como fenômeno transitório, pode ser concebida como frente pioneira, onde estará relacionada, no caso específico do Brasil, à expansão de uma atividade agrícola comercial através da colonização de terras disponíveis. A frente pioneira se instala como empreendimento econômico, passando da produção do excedente, característico das frentes de expansão, para a produção da mercadoria (MARTINS, 1975, SILVA, 2006). A frente pioneira surge então, como necessidade de reprodução e expansão da sociedade capitalista.

Chegamos então, na característica fundamental da consolidação da fronteira no processo de expansão econômica do capital: a propriedade privada. Esta pode ser vista, segundo Rousseau (2005), como a maneira na qual a sociedade capitalista reforça suas desigualdades sociais, e ainda, onde a forma capital, apresentada como capital variável ou constante torna-se a categoria que vincula um proprietário de terra capitalista a um operário. A terra aqui não é ocupada como na frente de expansão, mas é comprada. A renda da terra se impõe como forma de mediação das relações de produção entre as pessoas. Neste

sentido, segundo Martins (1975) a terra passa a ser equivalente do capital, e, através da mercadoria o sujeito trava e arremonta as suas relações sociais.

Portanto, fronteira é lugar de alteridade e o seu fim, o que, segundo Martins (1997), estaria ligado à constituição de um tempo espacial hegemônico onde o outro se torna oposto e incompatível ao grupo social predominante.

A crise da modernização nas fronteiras agrícolas

O contexto de internacionalização da economia brasileira no período pós-guerra trouxe a idéia de modernização como pressuposto do aumento da produção para expandir a indústria e as exportações. Na chamada “última fronteira” do Brasil, na região amazônica, seria impulsionada sua ocupação apenas no período militar, dentro de uma perspectiva integracionista e de soberania nacional. A partir do governo Vargas, a expansão das fronteiras a Oeste e Norte do país se dá sob a ótica de consolidação do sistema capitalista de produção. Nesse sentido, a formação da economia nacional foi financiada pela economia agrária, reduzindo os custos de produção através da expropriação dos tipos humanos não capitalizados, que segundo Martins (1975) são os mais desfavorecidos pelos processos de modernização e reprodução do capital. A partir daí, criar-se-ia uma grande demanda por capital fixo para expansão da produção.

Com o processo de modernização da fronteira agrícola no Brasil, surgem simultaneamente as visões negativas acerca do homem rural, sobretudo a partir da expansão das frentes pioneiras para o oeste e norte do país. O trabalhador rural passa a ser visto como atrasado, indisciplinado, preguiçoso (Martins, 1975). Apenas a partir do governo Vargas, tais visões passam a ser condenadas em virtude da busca em integrar esses trabalhadores na consolidação da economia nacional. A partir de então, a expansão das fronteiras no Brasil torna-se um projeto articulado com a expansão da economia capitalista, onde a idéia dos homens atrasados do campo passa a ser camuflada e manipulada conforme os interesses das classes capitalistas. A negação do antigo, representado pelo sertão e seus modos de produção, visando afirmar o novo, torna-se mais implícita no processo de expansão da fronteira brasileira, de modo que o “tradicional” e “moderno” passam a se confundir como forma de manipulação e interesse dos grupos dominantes no processo de reprodução do capital.

As fronteiras agrícolas brasileiras tornam-se regiões de grandes transformações socioespaciais com novas relações de produção, padrões mercantis e financeiros, e novos valores culturais e simbólicos conflitantes. Segundo Silva (2006), a fronteira capitalista no Brasil se revela na instalação de latifúndios, empresas agrícolas, inserção de propriedades

menores aos mecanismos de acumulação, assim como a expropriação de grupos sociais minoritários como os índios, posseiros, seringueiros, garimpeiros, quilombolas, e outros contextos sociais definidos como tradicionais. Apesar de certa resistência demonstrada por estes grupos no processo de expansão capitalista nas áreas de fronteira, o avanço do capital prossegue, sobretudo, sobre as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, integrando-se cada vez mais com os espaços urbanos-industriais em escalas nacionais e internacionais.

O crescimento da agroindústria intensiva de capital passa a ser orientado pelo mercado mundial, onde o aumento da intensidade do capital passa a desvalorizar a mão de obra barata. Segundo Kurz (2004), a modernização desses novos mercados tende a ser uma saída do sistema capitalista de sua crise. No caso da expansão das fronteiras agrícolas da Amazônia, os investimentos passaram a depender do sistema bancário internacional e de instituições internacionais, como o Banco Mundial, para se tornarem competitivos no mercado mundial. Esse dilema se revela no distanciamento cada vez maior entre a intensificação da produtividade, induzida pela economia da concorrência nos países desenvolvidos e a produtividade possível em regiões mais atrasadas (Kurz, 2004). Portanto, quanto maior o nível de produtividade e intensidade do capital, maior se torna o nível dos investimentos em regiões mais atrasadas, e, conseqüentemente, a dívida destes últimos. Alcança-se então a falta de capacidade de exploração das forças produtivas através do fetiche de expansão de novos mercados como solução à crise.

A adoção de novas técnicas agrícolas neste caso pode ser considerada como difusão da vocação empresarial (MARTINS, 1975), tendo na inovação de suas técnicas o princípio de multiplicação do capital, que não ocorre de forma linear, mas de forma cíclica contemplando períodos de expansão e períodos de crise. Portanto, se recorremos a Marx (1986), diríamos que a reprodução do Capital durante o período atual de expansão da fronteira da soja leva a uma queda tendencial na taxa de lucro que começa nos setores industriais, e que conduz às crises. Essa redução da taxa da renda da terra pode se dar com o aumento dos custos da produção, o que faz com que haja o aumento da produtividade por hectare, mas ao mesmo tempo, ter a renda da terra reduzida. Isto faz com que a indústria do agronegócio tenha empreendimentos impagáveis. Entramos assim na relação de simultaneidade, onde a crise é imanente ao processo de expansão do capital (KURZ, 2004).

A necessidade de expansão do capital através da modernização e em função da concorrência criam desequilíbrios geográficos, constituindo estruturas espaciais que agem como barreiras contra a acumulação adicional do capital (HARVEY, 2005).Essas estruturas se manifestam de forma fixa e imóvel, impossíveis de serem deslocadas. Atinge-se assim o

que Harvey chama de “paisagem geográfica abrangida pelo capital fixo e imobilizado” (HARVEY, 2005: 53), que consiste na dependência crescente do capitalismo no capital fixo que fica preso dentro de um valor de uso específico. Não há, portanto, um fixo espacial para as contradições internas da reprodução ampliada do capital. A partir desse momento, recorre-se à abertura de novas fronteiras.

A dinâmica da expansão da fronteira da soja na Amazônia brasileira

A expansão da cultura da soja contribuiu para uma série de mudanças na história do país, tendo sido, em parte, responsável pela aceleração da mecanização das lavouras, pela modernização do sistema de transportes, pela expansão da fronteira agrícola, pela profissionalização e incremento do comércio internacional, dentre outras contribuições, conforme destacado em estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2004). A expansão da fronteira da soja na Amazônia Brasileira, com destaque para a região do MAPITO e Mato Grosso, constitui o resultado da apropriação privada de enormes chapadas, campos abertos e de matas, conectando lugares e regiões às redes de modernização agrícola de conexões globais, vinculadas às práticas das corporações do agronegócio (SILVA, 2006).

A atuação dessas grandes empresas traz um recorte vertical do território amazônico com repercussões diretas nas comunidades locais, através da reorganização dos usos territoriais voltada para o atendimento à lógica dos circuitos produtivos, mercantis e financeiros em escala global. O Dinamismo da fronteira agrícola Amazônica vem sendo muito estudada desde as últimas duas décadas no Brasil (BECKER, 1988; DANTAS & FONTELES, 2004, SILVA, 2006). O cenário atual aponta, no entanto, para maior atenção ao avanço da soja e suas relações com os processos de desmatamento, deslocamento da fronteira da pecuária para áreas mais marginalizadas, novas condições de trabalho, enfim, para os processos de reprodução do capital em resposta à sua própria crise.

Novos arranjos territoriais são impostos pelas grandes corporações definidos a partir da dinâmica de ordenamento territorial proposta por estes, favorecendo a inserção dos produtores (médios e grandes) nos circuitos superiores da economia. Tal processo corrobora com a adequação destes sojicultores aos padrões produtivos instalados para obtenção de financiamento à produção.

Ao mesmo tempo, esta nova dinâmica de ocupação da fronteira gera encontros culturais diversificados, com valores etnocêntricos trazidos pelos produtores de soja sulistas (Provenientes das regiões Sudeste e Sul do Brasil) a partir da ideologia de modernização

agrícola, que se contrapõe às estruturas socioculturais preexistentes na região, voltadas, sobretudo, para a atividade pastoril e a pequena produção de economia de excedente.

Este novo ordenamento territorial imposto pela expansão da fronteira agrícola implica a extensão horizontal contígua e descontínua de áreas de produção de soja, algodão, milho, ao mesmo tempo em que integram em redes lugares mais dispersos, através da circulação, distribuição, consumo da mercadoria e os fluxos de informação, produção e gestão. Ao mesmo tempo em que este novo ordenamento da fronteira agrícola estabelece horizontalidades e verticalidades, ela reforça também as relações geopolíticas (BECKER, 2005), estreitando as relações entre produtores, empresas e políticos, enquanto estratégia de eficácia do negócio.

Assim, estabelecem-se redes políticas e de poder (SILVA, 2006) que articularão os fluxos tecnológicos e produtivos que vão legitimar as ações atuais dos grupos para o interior da fronteira agrícola. Estas alianças estratégicas localizadas em escalas geográficas distintas de abrangência na fronteira reforçam a densidade das conexões e o ordenamento territorial projetado sobre as áreas de interesse de expansão da soja na região.

As localidades selecionadas para expansão da soja na fronteira amazônica refletem as condições das práticas das empresas/corporações como agentes sociais, interferindo diretamente na transformação destes territórios. Regiões como as de Querência – MT, Pedro Afonso, Guaraí e Presidente Kennedy (TO), Balsas e Alto Parnaíba (MA), fazem parte do avanço atual da soja, constituindo formas singulares e diferenciadas de ordenamento territorial e de apropriação socioespacial do agronegócio dentro do processo de expansão do capital.

A expansão da cultura da soja ganhou bastante destaque no agronegócio brasileiro nestes últimos decênios, elevando o país ao segundo maior produtor mundial do grão e maior exportador desde 2003 (CONAB, 2010). A produção brasileira vem aumentando, acompanhando a tendência mundial de crescimento e da demanda e oferta da soja (LIMA; MAY, 2005). A expansão da lavoura mecanizada da soja na fronteira Amazônica vem se tornando uma área quase contígua na Amazônia Meridional, abrangendo os campos do Cerrado e Florestas do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí, Rondônia, Amazonas, Pará e Oeste Baiano, constituindo áreas de concentração fundiária, renda, e de sistemas produtivos, levando à marginalização de certos grupos sociais, como ribeirinhos, índios e posseiros, além da abertura, e conseqüente desmatamento de áreas para expansão da fronteira.

Segundo informações da EMBRAPA (2004) a expansão da fronteira da soja promoveu avanços tais quais: mecanização das lavouras; modernização dos sistemas de transportes; interiorização da população brasileira, anteriormente concentrada no sul e no litoral; profissionalização e incremento do comércio internacional; diversificação da dieta alimentar dos brasileiros; aceleração dos processos de urbanização; apoio à tecnificação de outras culturas como o milho e descentralização da agroindústria nacional. No entanto, apesar destes avanços quantitativos no aumento da produção e produtividade, diversos impactos socioambientais se introduziram e/ou se expandiram, como a perda de biodiversidade com a ocupação de vastas áreas de Floresta e Cerrado, assoreamento de rios, erosão, empobrecimento dos solos, poluição por agrotóxicos e concentração fundiária, além da expropriação social do homem do campo. Esta cisão do homem do campo com a terra vai criar relações com aquilo que se separou, ou seja, o expropriado passa a manter relações com o proprietário através do trabalho assalariado.

O Estado do Mato Grosso se constitui atualmente no maior produtor de soja da fronteira Amazônica e do Brasil (CONAB, 2010), concentrando sua produção principalmente no Sul e Chapada dos Parecis, assim como em todo eixo da BR-163 e BR-158, que abrange também a região de Querência. A expansão da soja nesta região matogrossense de fronteira Amazônica se situa em áreas do Bioma Amazônico de porte Florestal e de transição Cerrado-Floresta. Os demais Estados da fronteira, embora possuam níveis de produção menores do que Mato Grosso encontram-se em pleno crescimento de área plantada. São exatamente os Estados do Amazonas, Tocantins, Rondônia, Maranhão, Piauí, Pará e Bahia os principais pólos de expansão da consolidação da soja na região de Fronteira (Figura 1).

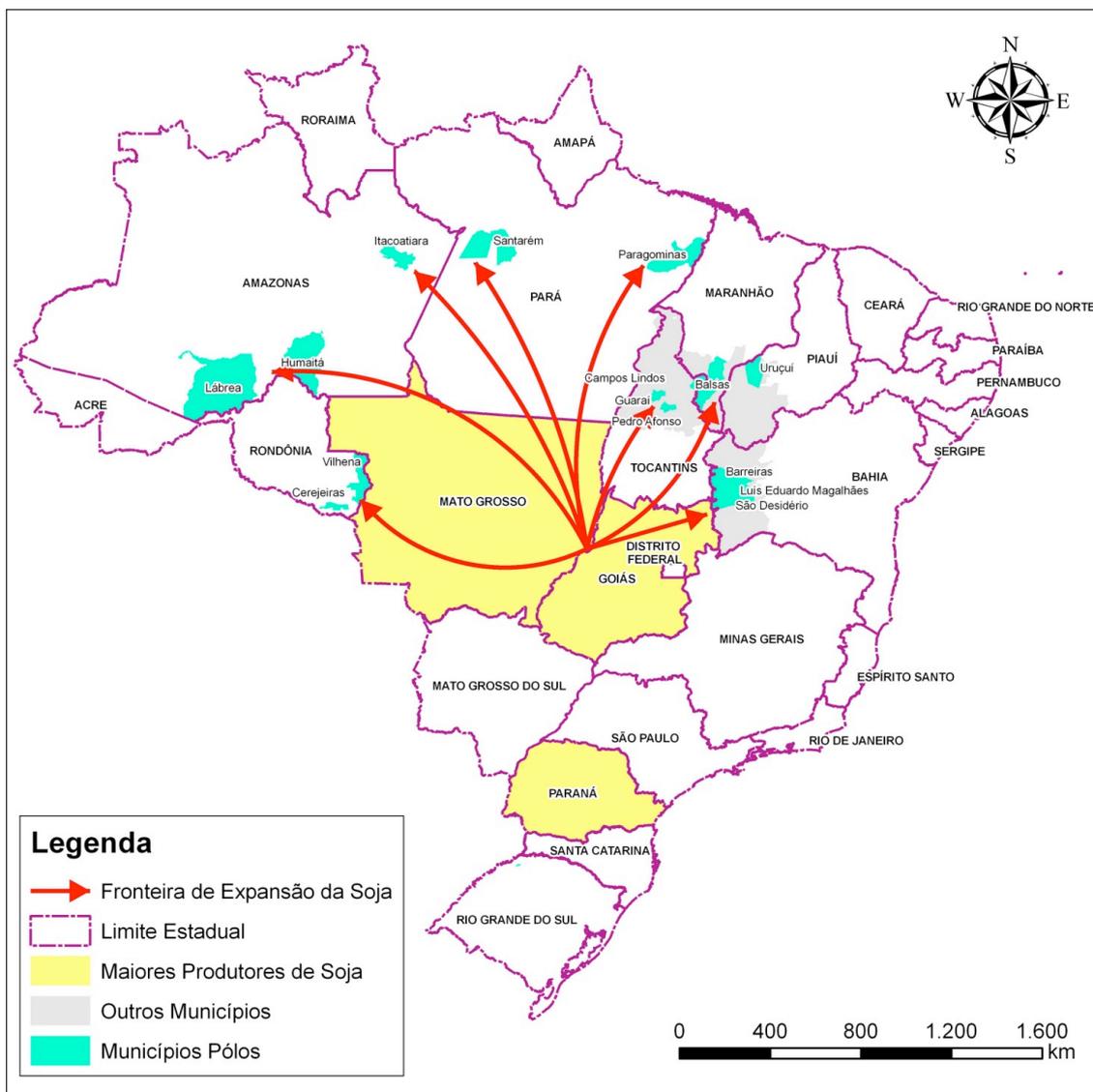


Figura 1: Expansão da Fronteira Agrícola no Brasil
 Fonte: Elaboração própria

No Tocantins as principais áreas são Pedro Afonso e Campos Lindos, além de outras áreas potenciais como Guaraí, Presidente Kennedy e Mateiros. Ao sul do Maranhão e Piauí, destaca-se Balsas-MA como o principal pólo produtor, a partir do programa de colonização Prodecer iniciado na década de 1980, em área de influência da ferrovia Norte-Sul, além de Uruçuí – PI, que apresenta investimentos consideráveis nos últimos anos para o plantio do grão. Em Rondônia, destacam-se as áreas estimuladas pela constituição da hidrovía do Madeira, através do Grupo André Maggi, abrangendo as regiões de Vilhena, Cerejeiras, entre outras. No Amazonas, destacam-se os pólos de Humaitá, Lábrea e Itacoatiara. O Pará se destaca à frente de três pólos principais: Paragominas, Santarém e Sul do Pará. Na Bahia, o oeste baiano concentra maior parte da produção, liderado pelos municípios de São Desidério, Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, que ficam a mais de 800 Km de Salvador.

Até o final da década de 70, a região do MAPITO e nordeste do Mato Grosso era caracterizada pela predominância de camponeses, pequenos proprietários rurais e programas de assentamento de colonização do INCRA. Nos anos 80, devido aos incentivos fiscais e políticos de ocupação do Cerrado e a liberação de linhas de crédito em larga escala, vários produtores rurais grandes e médios se estabeleceram na região, onde se concentraram na pecuária e no cultivo de arroz de sequeiro. Tendo em vista que as tecnologias agrícolas de produção nos solos ácidos e pobres do cerrado ainda estavam em processo de desenvolvimento e não eram utilizadas em larga escala, esta prática levou à rápida degradação e esgotamento da fertilidade do solo. Assim, as terras tornaram-se pouco produtivas e muito pobres em matéria orgânica, o que levou ao aumento dos riscos e à redução das garantias de pagamento do crédito, fazendo com que o mesmo fosse oferecido a juros mais altos. Desta forma, os produtores passaram a vender suas terras a preços muito baixos, pois já não dispunham de capacidade técnica e financeira de produção.

Assim, nos anos 90, vislumbrando novas oportunidades para expansão dos seus negócios em áreas ainda pouco exploradas, vários produtores rurais vindos principalmente da região sul do país aproveitaram os avanços da tecnologia de produção nos cerrados, os preços baixos das terras da região e a experiência que já possuíam na produção de soja para desenvolver esta cultura. Nesta época, cada hectare de terra na região custava aproximadamente 16 sacas de soja a preços da época, ao passo que o valor aproximado do hectare de terra no Paraná, por exemplo, era cerca de 800 sacas de soja, conforme constatado em entrevista com os produtores rurais da região. Estes produtores encontraram um ambiente favorável à capitalização dos seus negócios, o que só veio a aumentar diante dos novos mercados que se estabeleceram nessa região, quando as empresas de *trade agrobusiness* passaram a oferecer o financiamento dos insumos em troca da moeda “soja”, reduzindo os riscos de oscilação no preço dos insumos aos quais os produtores estão sujeitos.

Foi neste contexto que diversas empresas do agronegócio se desenvolveram e expandiram as fronteiras capitalistas da soja para a região da Amazônia, em decorrência da crise do capital em regiões consolidadas como o Estado do Paraná e Rio Grande do Sul. A maior parte dos médios e produtores rurais nessas novas fronteiras da soja é formada por sulistas que formaram a frente pioneira na década de 1970 e 1980, marcando a transferência das terras devolutas do Estado para o domínio da propriedade privada. Juntamente com os proprietários de terra vieram as indústrias do agronegócio para fomentar e subsidiar a produção local. A relação entre proprietário de terra e indústrias se dá da seguinte maneira. As indústrias, através de financiamento de instituições internacionais, como o Banco Mundial, financiam os produtores rurais na compra de insumos e fertilizantes com taxa de

juros fixada ao ano. Os insumos e fertilizantes são pagos com a moeda “soja” em quantidade de sacas determinada na avaliação do crédito. Os colonos que trabalham nas lavouras durante o período da plantação e colheita não possuem economia de excedente. Toda produção é destinada à economia de mercado, demonstrando a imposição de bases capitalistas na fronteira da soja na região do MAPITO e nordeste do Mato Grosso.

Além de financiar os produtores rurais com insumos e fertilizantes, as indústrias possuem unidades armazenadoras de grãos e escritórios locais para articulação regional. Atuam também na logística e exportação dos grãos recebidos e armazenados provenientes do pagamento do financiamento ou comprados diretamente dos produtores ou de outras empresas de agronegócio dentro do sistema de mercado *spot*, ou seja, a preços correntes da *commoditie*. O principal destino dos grãos exportados são a China e a União Européia. As indústrias do agronegócios que atuam na região do MAPITO e nordeste do Mato Grosso são: Bunge, Cargill, Archer Daniels Midland (ADM), Algar Agro S.A, Noble Group e AMaggi & LDCommodities e Ceagro/ Los Grobo. A incorporação dessas novas fronteiras pela expansão da soja na Amazônia insere essas regiões na economia nacional e internacional, integrando-as nas redes mercantis, produtivas e financeiras globais. Torna-se, assim, um processo com escalas mais abrangentes de controle e apropriação da mercadoria por corporações multinacionais do que propriamente a reestruturação do uso no território.

Esse processo de incorporação e consolidação do capital nos territórios das fronteiras da soja na Amazônia brasileira revela a subordinação da renda da terra dos produtores aos processos de financiamento impostos pelas grandes corporações, como forma de articulação das redes políticas e a difusão de valores e símbolos da dinâmica capitalista. Através da constituição de territórios corporativos (SILVA, 2006), as grandes corporações de manifestam concretamente no espaço constituído pelo avanço da fronteira.

Ao mesmo tempo em que se consolidam esses territórios corporativos no avanço da soja na fronteira Amazônia, aumenta-se o grupo dos excluídos, dos expropriados, dos quais podemos destacar os indígenas do Xingu no contexto do Nordeste do Mato Grosso e os povos da floresta e cerrado dos Estados do Tocantins, Maranhão e Piauí. Em relação à Terra Indígena do Xingu, tem-se a ATIX (Associação das Terras Indígenas do Xingu) que reivindica a soberania territorial das áreas do Xingu e a proteção das nascentes de seus rios que se encontram contornadas e ameaçadas pela expansão da fronteira capitalista da soja. Para os povos do cerrado e da floresta, existem as reivindicações em torno de modos de vida alternativos ao imposto pelas grandes corporações, que constituem menos impactos sobre os campos do Cerrado e Floresta.

A exclusão de determinados grupos sociais no processo de expansão da fronteira capitalista na região amazônica não é, citando Martins (1975) “produto da “impossibilidade” cultural e social do homem rural absorver e acompanhar o “progresso” do país, nem é produto, portanto, de valores, concepções e caracteres de personalidade incompatíveis com o desenvolvimento econômico”. Constitui-se nas formas de relações de produção impostas pela modernização, que, ao mesmo tempo em que propõe uma separação fetichista, forma-se uma unidade com relações de dependência direta.

Reordenamento Territorial da Soja no MAPITO e Nordeste Mato-Grossense

No extremo sul do Estado do Maranhão, nos limites com o Estado do Piauí, encontra-se o município de Alto Parnaíba, com a estimativa populacional do IBGE em 2009 de 10.640 pessoas, distribuídas em uma área territorial de 11.132 Km². Considerada uma das últimas fronteiras de expansão da soja no cerrado, no chamado Pólo Sul do Estado. Núcleo antigo, sua emancipação data da Lei provincial nº 1227, de 09/04/1881, distando aproximadamente 1020 Km da capital São Luis, não mantendo relações socioeconômicas diretas com esta, mas sobretudo com o município de Balsas, do qual dista aproximadamente 240 Km ao longo de uma paisagem composta por chapadas e regiões de baixões, com uso predominante da Lavoura de grãos e pecuária.

Em Alto Parnaíba, a área analisada encontra-se na Serra da Bacaba, uma área plana de chapada com aproximadamente 481,59 Km², composta por 14 propriedades. Os produtores são em sua quase sua totalidade, provenientes do Sul do Brasil observando-se um ligeiro crescimento entre os anos 2000 e 2007, que se deve, em parte, ao avanço da soja no município, que iniciou o processo de redinamização socioterritorial com novos fluxos migratórios de empreendimentos do setor. Na porção sudeste da Serra da Bacaba, a uma distância de aproximadamente 15 Km a partir de sua zona de amortecimento, encontra-se o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. Este parque foi criado em 2002 pelo Decreto S/N de 16/02/2002 com o intuito de proteger as cabeceiras do Rio Parnaíba. Foi resultado da mobilização do Centro de Defesa das Nascentes do Rio Parnaíba (CDPAR) e da ONG Ararinha Azul.

Na região de expansão da soja no Tocantins, especificamente na região de abrangência de Guaraí e Pedro Afonso, no Tocantins é onde se concentra a maior parte das exportações tocaninenses. Segundo dados da Secretaria de Planejamento do Tocantins (2004), a soja foi o principal produto da pauta de exportações, representando mais de 88% das exportações do Estado, tendo a Europa como principal destinação. Em relação à logística de transportes, o Estado do Tocantins possui a melhor articulação dos transportes ferroviário, hidroviário, rodoviário e aéreo das áreas

analisadas. Para isso, conta com o projeto da Plataforma Multimodal de Palmas composto pelo término da Ferrovia Norte-Sul e a regularização da Hidrovia Araguaia-Tocantins, as rodovias TO-050, que liga a cidade a Porto Nacional e BR-010 e TO-080, conectando o município a Paraíso do Tocantins e à BR-153 e daí para os Portos de Belém, no Pará e Itaquí, em São Luis, apenas por hidrovias e vias férreas, além do Aeroporto Internacional de Palmas. As primeiras lavouras do Tocantins tiveram início no final da década de 1980 e princípio dos anos 1990, mostrando índices de produtividade maiores do que o de Santa Catarina (ABREU, 2010). A produção de soja no Estado do Tocantins apresentou grande crescimento nos últimos 10 anos, sobretudo entre os anos de 1996 a 2006, onde a taxa média de crescimento anual foi de 35% ao ano, enquanto que o Brasil cresceu em média 9,5% ao ano (IBGE, 2006). Tal fato é decorrente de fatores favoráveis em relação ao clima, solo, além do incentivo contínuo do uso de novas tecnologias, divulgada e aplicada pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seagro), Embrapa, Unitins Agro, Ruraltins, Adapec e outros parceiros (CONAB, 2006). Ao sul dessas áreas produtivas no Tocantins se encontra o território Xerente composto por duas Terras Indígenas: Xerente e Funil onde vivem por volta de 3.100 indivíduos já demarcadas e homologadas, com um total de 183 mil Hectares. Localiza-se na parte Leste do Rio Tocantins, a 70 Km da capital Palmas. A cidade de Tocantínia localiza-se entre as duas T.Is, sendo palco de tensões sociais históricas entre populações local não indígena e os Xerentes (BRAGGIO; FILHO, 2006). Com a implantação do projeto Prodecer III, e com o grande avanço da produção da soja na fronteira norte da T.I, que conta apoio do capital internacional, o limite norte da T.I dos Xerentes passou a ser pressionado por políticas desenvolvimentistas do governo estadual e dos moradores não indígenas das cidades circunvizinhas, para a implantação de infraestruturas que facilitem o deslocamento e escoamento da produção, através de projetos de pavimentação de estradas que cortam seu território.

A Região de Querência se encontra na porção nordeste do Mato Grosso, localizado no Vale do Araguaia, fazendo limite com a Terra Indígena do Xingu, uma das mais emblemáticas do Brasil. Faz parte da microrregião de Canarana, com quem mantém relações institucionais por ser sede de agências como IBAMA, INCRA, FUNAI, além de ONGs Socioambientais e Associações de representação dos indígenas do Xingu. Querência é considerada atualmente uma das principais áreas de expansão da lavoura da soja no Mato Grosso, resultado da grande abertura a partir dos anos 2000 de novas áreas para o plantio, além do avanço para áreas de pecuária (ISA, 2003). Além da já consolidada BR-163 (Cuiabá ao Porto de Santarém), considerada a Rodovia da Soja, o foco de expansão da fronteira agrícola na região de querência tem se dado, sobretudo,

pelo asfaltamento da BR-158, que possibilita novas vias de escoamento da produção não só para os portos do sul do país, como já é realizado atualmente, mas também pelo Porto de Itaqui - MA. Quase metade dos 800 Km da BR 158 que cortam o Mato Grosso ainda não são asfaltados, dificultando bastante o escoamento de toda produção local. Ao mesmo tempo em que a BR-158 viabilizará o escoamento da produção de soja da região, ela é também onde se concentra um dos *Hotspots* do desmatamento da Amazônia Legal no Mato Grosso, juntamente com o trecho da BR-163. Os espaços analisados, apesar de estarem inseridos em diferentes ecossistemas e paisagens se inserem no contexto da Amazônia Legal (Figura 2)

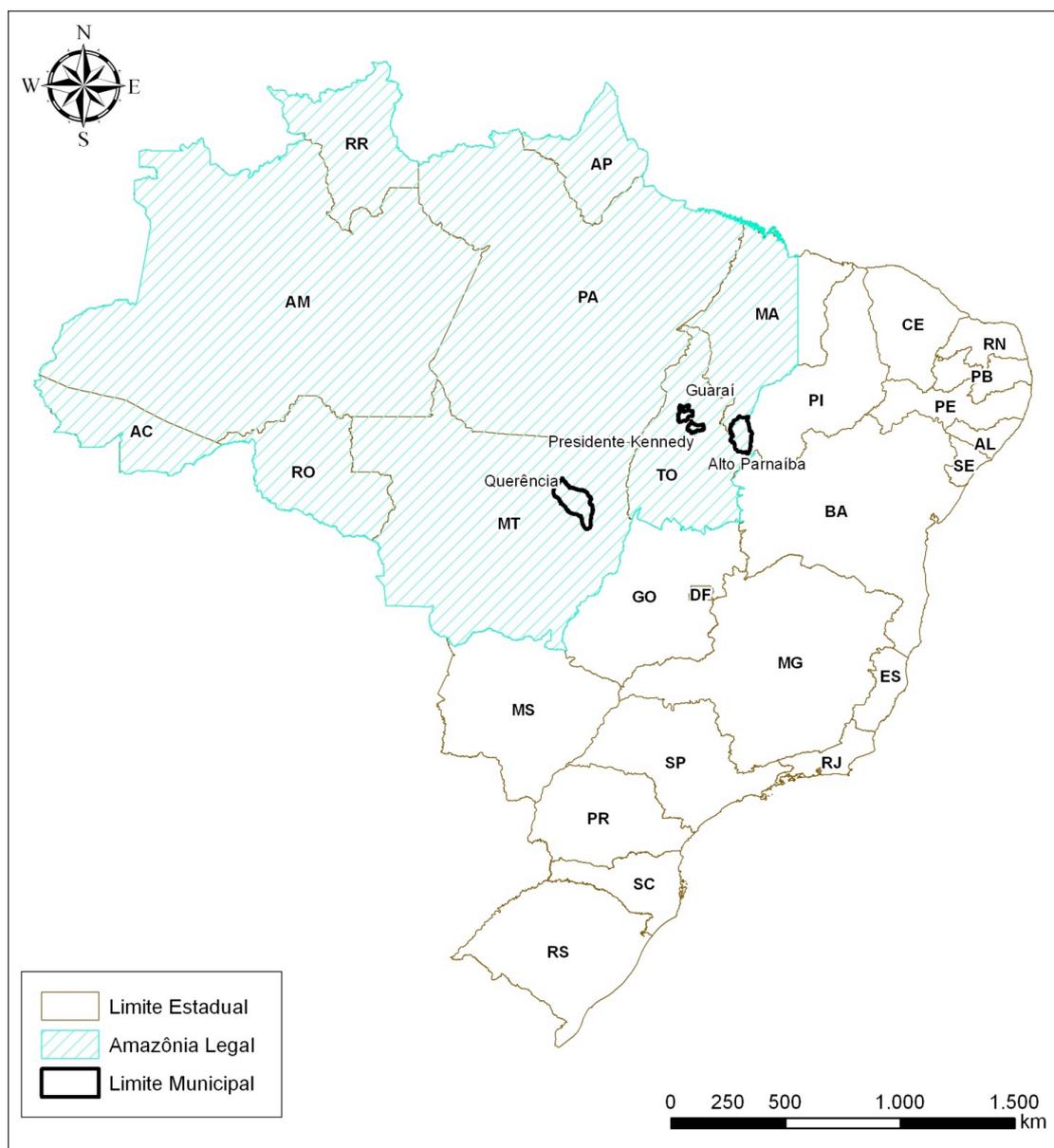


Figura 2: Inserção dos Espaços Analisado no contexto da Amazônia Legal Brasileira

Fonte: Elaboração própria

O Parque Indígena do Xingu (PIX) constitui-se em uma das principais preocupações por parte das organizações socioambientais nacionais e internacionais de atuação na Amazônia Legal, no que diz respeito ao avanço da agropecuária nas fronteiras do parque, assim como as queimadas, desmatamentos e os assoreamentos de nascentes e córregos do entorno. Instituições como a Associação de Terras Indígenas do Xingu (ATIX), o Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Pesquisa Etno Ambiental do Xingu (IPEAX), Instituto Ambiental da Amazônia (IPAM), assim como organizações internacionais como a *Rainforest Foundation Norway*, *Moore Foundation*, *Environmental Defense*, além do apoio da União Européia, formam as arenas de posicionamento a favor da preservação, conservação e desenvolvimento do PIX. Atualmente, vivem na área do Parque Indígena do Xingu, aproximadamente, 5.500 índios de quatorze etnias diferentes pertencentes às quatro grandes famílias lingüísticas indígenas do Brasil: caribe, aruaque, macro-tupi e macro-jê. A UNESCO considera essa área como sendo o mais belo mosaico lingüístico puro do país (Barbosa, 2003). As tribos que vivem na região são: Kuikuro, Kalapálo, Nahukuá, Matipú, Txikão (Ikpeng) (todos de tronco carib), Mehináku, Waurá, Yawalapití (tronco Aruak), Awetí, Kamaiurá, Juruna, Kayabí (tronco tupi-guarani), Trumã (língua isolada), Suiá (tronco Jê); já tendo ainda morado na área do parque os Panará (Kreen-akarore), os Menbengokrê (Caiapó) e Tapaiuna (beicho-de-pau). Criado o Parque Nacional do Xingu em 1961, posteriormente denominado Parque Indígena do Xingu, teve como administrador Geral Orlando Villas Bôas. No exercício dessa função, Orlando Villas Bôas pôde melhorar a assistência ao índio e garantir a preservação da fauna e da flora da região.

A leitura do atual processo de uso e ocupação da fronteira agrícola nesta porção nordeste do Mato Grosso revela a vulnerabilidade do Parque indígena do Xingu e de seus habitantes sobre o avanço do agronegócio sobre suas fronteiras. No entanto, as comunidades indígenas encontram-se organizadas e amparadas por Organizações do Terceiro Setor de âmbito Internacional, o que lhes confere visibilidade internacional, para além de suas fronteiras, o que também gera um ônus sobre a imagem dos negócios na região. Após o grande avanço da soja a partir dos anos 2000 para os limites do PIX, verificam-se atualmente articulações institucionais indígenas em prol do processo de avanço do parque para áreas com florestas remanescentes dentro de propriedades rurais, como é o caso da vertente Leste Xingu, conhecido como território Wawi.

Outra preocupação em Querência refere-se ao modelo de colonização no formato dos assentamentos que geralmente localizados em áreas de baixa fertilidade e sem acesso

a crédito e vínculos socioculturais com a terra levam à devastação de áreas de florestas que estão sendo recentemente substituídas por áreas de cultivo da soja, o que leva a uma imagem que associa à mesma a responsabilidade pela degradação ambiental desordenada.

Notas Finais

Verificamos nesta análise da realidade da expansão da fronteira agrícola na Amazônia Brasileira, o acúmulo exacerbado do capital, que faz com que este não seja mais capaz de investir na produção. Isso leva a queda tendencial da taxa de lucro, ou seja, é o capital produzindo mais e diminuindo a mais valia para bancar esta produção. Sendo assim, o Capital se expande porque entra em crise e não por causa do aumento de sua capacidade de acumular. Na crise vivenciamos a reprodução do capital através da expansão de fronteiras até então não modernizadas, como o que ocorre na Amazônia Brasileira no período atual, através da incorporação de capital estrangeiro na modernização agrícola, que gera a subordinação da renda dos produtores aos seus esquemas de financiamento. Desta maneira, a indústria da soja abre a fronteira agrícola na Amazônia através do fomento ao cultivo de grãos, que gera, no período atual, o deslocamento de produtores do sul do país e do cerrado brasileiro para a chamada “última fronteira”. Estabelecem-se, assim, tensões sociais típicas do espaço-tempo da fronteira, onde produtores rurais, indústria/corporações, o campesinato e comunidades tradicionais formam uma unidade com contradições internas, gerando apropriações e resistências aos processos de modernização da fronteira.

Referências Bibliográficas

ABREU, Y. V., 2010. **Introdução**. In: **Olhares sobre o Estado do Tocantins. Economia Sociedade e Meio Ambiente**. V.1, Núcleo de Interunidades em Desenvolvimento Econômico, Social e Energético. Universidade Federal do Tocantins, Palmas.

BARBOSA, H.B. 2003. **Histórias de um Brasil que funciona**. Programa Gestão Pública e Cidadania – Histórias de um Brasil que funciona – 2003 / São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania. 96p.

BECKER, B., 2005. **Geopolítica da Amazônia**. Revista Estudos Avançados, 19(53:71-86, São Paulo: USP/Instituto de Estudos Avançados.

BECKER, B., 1988. **Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira**. In: Aubertin, Catherine (org). **Fronteiras**. Brasília/UNB, Paris:ORSTOM, pg. 60-89.

BRAGGIO, S.L.B; FILHO, S.M.S., 2006. **Questionamentos Diante do Desafio da Inclusão dos Povos Indígenas Brasileiros no Atual Cenário: Os Xerentes**. Projeto Línguas Indígenas Ameaçadas: documentação (análise e descrição) e tipologias sociolingüísticas. Brasília: Universidade Nacional de Brasília.

CONAB, 2010. **Acompanhamento de safra brasileira de grãos - nono levantamento**. Brasília. 2010. 45 p.

DANTAS, T. M. & FONTELES, L. V., 2004. **Avanço da Fronteira Agrícola na Amazônia**. Fundação Konrad Adenauer. <http://www.adenauer.org.br/>

EMBRAPA, 2004. **Tecnologias de Produção de Soja: região central do Brasil**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Sistema de Produção N° 1. Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm>

HARVEY, D., 2005. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo:Annablume.

IFC – INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION, 2006. **Política e Padrões de Desempenho de Sustentabilidade Social e Ambiental da International Finance Corporation**. Disponível em: <http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/PerformanceStandards>. Acesso em: Julho/2010.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2003. **O Xingu na Mira da Soja**. Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/soja/6.shtm>

KURZ, R., 2004. **O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Ed.Paz e Terra, 6ªEdição, Rio de Janeiro, 231 p.

LIMA, M. S. B. ; MAY, P. H., 2005. **A Expansão da Fronteira Agrícola no Sul do Amazonas e sua Relação com o Incremento do Desmatamento nas Áreas de Cerrados e Campos Naturais**. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica ECOCCO, Brasília/DF. <http://www.amazonia.org.br/arquivos/190311.pdf>.

MARTINS, J.S., 1997. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. Ed. Hucitec, São Paulo, 192 p.

MARTINS, J.S., 1975. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. Livraria Pioneira Editora, São Paulo.

MARX, K., 1983. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural.

ROUSSEAU, J.J., 2005. **A Origem da Desigualdade Entre os Homens**. Escala, São Paulo.

SILVA, C.A.F.,2006. **A Fronteira Agrícola Capitalista da Soja na Amazônia**. Revista da Sociedade Brasileira de Geografia. V.1, N.1. ISSN 1980-9387.

SILVA, C.A.F, 2006. **Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial**. In: *SANTOS et al.Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. DP&A, 2ªEd., Rio de Janeiro, pp.283-312.

TOCANTINS, 2004. Anuário **Estatístico do Tocantins Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente** (SEPLAN). Palmas. Disponível em: www.seplan.to.gov.br.

TURNER, F.J. 1896. **The Frontier in American History**. Disponível em: <http://xroads.virginia.edu/~hyper/turner/>

ⁱ A escolha desses quatro Estados para a presente análise sobre a modernização da fronteira agrícola é um recorte derivado do trabalho realizado entre junho e outubro de 2010 pelos autores juntamente com os pesquisadores Guilherme Saltini e Leandro Arruda da Golder Associates Brasil, acompanhada e encomendada pelo IFC (International Finance Corporation). Os autores agradecem aos demais colegas e às instituições e contextos sociais envolvidos.